

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ivaiporã

Ata da reunião
03 de março de 2022

Abertura

A reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ivaiporã foi convocada às 13 horas, em 03 de março de 2022, no auditório do Sindicato Rural de Ivaiporã, pelo presidente do CMDRS Paulo Sérgio dos Santos. O presidente do CMDRS, iniciou a reunião e convidou a todos conselheiros para um momento de oração.

Presenças

Em livro de presença anexo

Aprovação da ata

A ata anterior foi lida e aprovada.

Reunião

A reunião se iniciou com Donizete Santos Pires solicitando a homologação e posse da nova diretoria, onde ficou Paulo Sérgio dos Santos como presidente, Arcindo Ravar como vice presidente, Paula Roldão como secretária, Donizete Pires como segundo secretário e José Peruzzi como tesoureiro.

A primeira pauta tratada foi sobre a reestruturação do CMDRS, onde foi entregue material contendo: Lei de criação do conselho, Regimento Interno, livreto sobre conselho. Paulo Lizarelli, do IDR-Paraná contextualizou sobre a pauta, explicando sobre a formação, documentos que regem o conselho, assim como objetivos e deveres. Foi salientado que é necessário uma renovação e reavivada do conselho, pois a representatividade das comunidades está muito baixa. Assim como também a necessidade de renovar o PDR (Plano de Desenvolvimento Rural), de acordo com as atuais demandas do meio, dando continuidade às atividades realizadas por este conselho em 2020, previamente às eleições municipais. Como facilitadores foi formada uma comissão composta pelas diferentes organizações: diretoria do CMDRS, IDR-Paraná, IFPR, departamento da agricultura, STTRI, que foi homologada pelo conselho.

Paula Roldão esclarece sobre as 3 propostas inicialmente levantadas – homologação das representatividades, reforma do Regimento e alteração da lei e responsabilidade das entidades em relação aos maquinários deliberados pelo conselho. O primeiro ponto, quanto às representatividades, foi orientado aos conselheiros presentes estudarem a melhor maneira de se fazer isso nas comunidades, para apresentação do nome na próxima reunião do conselho, assim como o acolhimento de sugestões para reforma do regimento e alteração da lei. O último ponto (maquinários) podemos tratar após revalidação das representatividades, e consequente treinamento destas.

Passando para a próxima pauta, foi passada a palavra para Denise Kusminski, diretora do departamento do meio ambiente, que esclareceu sobre o decreto estadual de declaração de situação de calamidade – estiagem. Esclareceu que Ivaiporã está inserida no decreto estadual, por ter cumprido todos os prazos estabelecidos, não havendo necessidade de decreto municipal. Em contrapartida, as instituições financeiras esclareceram que não veio nenhuma normativa via Banco Central ou MDA, para destinação de recursos nestes casos específicos, mas que as instituições estão trabalhando com recursos próprios para tentar atender aos produtores, conforme cada caso. Estavam presentes Franciele Silva representando o SICREDI e Aristides Júnior representando o Banco do Brasil.

Foi retornado ao assunto da reestruturação do conselho, discutido entre os conselheiros sobre melhores formas e objetivos do conselho, sobre a importância do nosso conselho e da participação das comunidades. Foi determinado que cada representante presente traria na próxima reunião a revalidação das representatividades, e que a comissão se reuniria para tratar sobre comunidades que não estão participando. Foi deliberado também que cada comunidade tem uma cadeira (efetivo e suplente). E quanto às associações ficou de ser melhor discutido, principalmente durante a reforma do conselho. Vitória Holzmann, da SEAB citou que os programas de compra direta, PAA, PNAE, dentre outros, que boa parte das instituições são abastecidas por outros municípios, e que esta organização é importante para que haja o fortalecimento da agricultura de Ivaiporã. Assim como organização para requerer melhor estrutura para atendimento aos produtores.

Paula Roldão informou aos conselheiros sobre o CAF (Cadastro da Agricultura Familiar), e orientação do IDR-Paraná Central de que os agricultores antecipem a renovação de suas DAPs, até fim de junho, afim de evitar qualquer transtorno para acesso de créditos no início do Plano Safra, até o ajuste do novo sistema de cadastro.

Dá-se por finalizada.

Aprovada por: Paulo Sérgio dos Santos